

EM DEFESA DOS KHOIKHOI: MISSIONÁRIOS E REBELDES NOS ESCRITOS DE JAMES READ JR. (COLÔNIA DO CABO - 1850-1852)

*In defense of the Khoikhoi: missionaries and rebels
in the writings of James Read Jr. (Cape Colony
- 1850-1852)*

Evander Ruthieri da Silva¹

RESUMO

O artigo problematiza as cartas publicadas pelo missionário James Read Jr., (c.1811-1894), vinculado a London Missionary Society (LMS), no jornal *The South African Commercial Advertiser*, e que concerniam o assentamento e a revolta de Kat River entre 1850 e 1851. Localizado nas fronteiras da Colônia do Cabo (atual África do Sul), o assentamento de Kat River foi palco do movimento revoltoso organizado, em especial, por lideranças khoikhoi gonaqua diante de um contexto de incertezas e indeterminações que ameaçavam seus direitos políticos. Mesmo que contrário aos métodos utilizados pelos rebeldes, o missionário mobiliza certo discurso de religiosidade e “regeneração” moral na defesa dos moradores de Kat River, enfatizando, ao lado da adoção do cristianismo, seus direitos à terra assegurados pela legislação vigente.

Palavras chave: História da África; África do Sul; missionarismo.

ABSTRACT

The article discusses letters published by the missionary James Read Jr., (c.1811-1894), linked to the London Missionary Society (LMS), in *The South African Commercial Advertiser*, concerning the Kat River settlement and rebellion, between 1850 and 1851. Located on the borders of the Cape Colony (present-day South Africa), Kat River settlement was the scene of a rebellion organized, in particular, by khoikhoi gonaqua leaders in the face of a context of uncertainty and indeterminacy that threatened their political rights. Even if contrary to the methods used by the rebels, Read Jr. mobilizes a certain discourse of religiosity and moral “regeneration” in defense of Kat River residents,

¹ Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com período de doutorado-sanduíche na University of Exeter (Reino Unido). E-mail: evander.silva@unila.edu.br

emphasizing, alongside the adoption of Christianity, their rights to land guaranteed by current legislation.

Keywords: African History; South Africa; missionaries.

Introdução

A expansão europeia no sul da África, em especial nas primeiras décadas do século XIX, afetou, direta ou indiretamente, as comunidades africanas, sobretudo aquelas com presença histórica na região ocupada pela Colônia do Cabo (atual África do Sul). Dentre os grupos afetados pela perda de suas terras e rebanhos, desagregação social e cultural, práticas de exploração de trabalho e extermínio, encontram-se aqueles conhecidos coletivamente como khoikhoi (povos falantes das línguas khoi). Como resultado, as comunidades khoikhoi foram forçadamente assimiladas à sociedade colonial, mormente na condição de mão-de-obra. Na década de 1820, o governo colonial no Cabo aprovou novas leis que garantiam direitos aos khoikhoi incorporados à sociedade colonial, como a posse de terras e igualdade política, além de proibir práticas como castigos físicos nas relações de trabalho, a exploração do trabalho infantil ou a necessidade de porte de passes para garantir o deslocamento de trabalhadores khoikhoi.

Nesse contexto, o governo estabeleceu, numa região de fronteiras na parte oriental da colônia do Cabo, o assentamento de Kat River, cujas terras foram distribuídas a centenas de famílias khoikhoi, além de outros grupos populacionais que se assentaram na região. Entre o final de 1850 e início de 1851, o assentamento de Kat River foi palco de uma rebelião organizada por lideranças khoikhoi gonaqua, as quais se revoltavam contra uma série de fatores que, nos decênios precedentes, ameaçavam a segurança dos khoikhoi e de suas propriedades nas fronteiras, e ameaçavam minar os direitos assegurados por lei e os direitos ancestrais à terra. A rebelião de Kat River, que tinha como alvo principal os fortes militares e propriedades britânicas na região, foi violentamente reprimida pelo governo colonial, e suas lideranças executadas ou capturadas pelas tropas coloniais.

Entre julho e setembro de 1851, o missionário James Read Jr., da London Missionary Society e membro atuante na comunidade de Kat River, enviou uma série de cartas ao jornal *South African Commercial Advertiser*, com o objetivo de discutir a formação de Kat River e a rebelião de 1851. O objetivo principal deste artigo incide na problematização das cartas de James Read Jr., observando-as como um documento produzido a partir das diferentes interações culturais e relações sociais constituídas numa região de fronteiras geográficas e étnico-culturais. Ainda que crítico aos métodos adotados pelos rebeldes, James Read Jr. apresenta, em suas correspondências, uma defesa pelas comunidades khoikhoi, apontando, ao lado dos direitos garantidos por lei ou dos direitos consuetudinários, a força da cristandade como elemento legitimador nas reivindicações khoikhoi.

James Read Jr; um missionário entre os khoikhoi

Em meados de 1851, o missionário James Read Jr. (c. 1811-1894), vinculado a London Missionary Society (LMS) e responsável pela educação cristã no assentamento de Kat River, localizado na região da fronteira oriental da Colônia do Cabo (atualmente correspondente à África do Sul), produziu uma série de cartas publicadas no jornal *The South African Commercial Advertiser*, em Cape Town. As cartas concerniam um movimento revoltoso que ocorreu entre dezembro de 1850 e fevereiro de 1851 em Kat River, promovido, sobretudo, por pequenos fazendeiros khoikhoi gonaqua e outras lideranças locais e autoridades tradicionais (mormente vinculadas às chefaturas xhosa), como resposta a uma série de fatores, que incluíam a perda gradativa de terras para o colonato britânico na região; o avanço de propostas de novas leis que ameaçavam os direitos políticos dos khoikhoi, assegurados pela legislação vigente na Colônia do Cabo; as ondas de violência nas fronteiras, promovidas tanto pela ação do governo colonial quanto pelos colonos britânicos, em especial nas chamadas “guerras das fronteiras”, travadas entre as tropas coloniais e as chefaturas xhosa na parte oriental do território colonial. Ainda que crítico às ações adotadas pelos revoltosos, as cartas abertas de James Read Jr. evidenciam certa defesa da causa

dos colonos khoikhoi, os quais foram, em longa data, alvo da exploração colonial no Cabo.

A trajetória de James Read Jr. vai ao encontro das diferentes “zonas de contato” (expressão de Mary Louise Pratt) resultantes do colonialismo no sul da África, isto é, os “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, ao exemplo do “colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27). Read Jr. nasceu na então Colônia do Cabo da Boa Esperança em 1811, em um momento no qual o território, ocupado desde o século XVII pela Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), e depois pela República Batava, foi anexado às posses coloniais britânicas no contexto das guerras napoleônicas. Era filho de James Read Sr., um dos principais agentes a serviço da LMS e membro da missão de Bethelsdorp, e de Elizabeth Valentyn, uma mulher khoikhoi que conhecera por meio da ação missionária (ELBOURNE, 2002). James Read Jr. compartilhava, portanto, de uma identidade cultural constituída historicamente nas fronteiras culturais decorrentes da multiplicidade de interações, encontros e contatos construídos ao longo do tempo nos contextos coloniais (BESTEN, 2013).

Por meio da atuação política de seu pai, e sobretudo sua vinculação ao movimento evangélico-humanitarista, James Read Jr. aproximou-se com as discussões acerca dos direitos civis e políticos da população khoikhoi nos anos de 1820 e 1830: ao longo de sua trajetória, Read Sr. publicou, nos periódicos oficiais da LMS, uma série de narrativas relatando as opressões vivenciadas cotidianamente pela população khoikhoi, sobretudo ao lidarem com as instituições jurídicas no Cabo, controladas integralmente por magistrados brancos (LEVINE, 2011; ELBOURNE, 2002). Pela experiência de sua mãe, oriunda de uma família khoikhoi convertida ao cristianismo, James Read Jr. provavelmente também tomou contato com as vivências das comunidades khoikhoi no Cabo, as quais foram alvo de processos de perda de terras, empobrecimento e desestruturação social em decorrência da presença europeia.

A trajetória de James Read Jr. estava, portanto, fortemente vinculada à expansão da ação missionária no sul do África na virada do século XVIII para o século XIX, com destaque para a LMS, que iniciou seus trabalhos no continente africano em 1793, com o objetivo de combater o tráfico de escravizados e estabelecer igrejas e escolas missionárias em diversos territórios, a exemplo da Colônia do Cabo (BREPOHL, 2016). Muito rapidamente, diversas missões foram estabelecidas na região por missionários britânicos, alemães e holandeses vinculados à LMS: Bethelsdorp (1803), na fronteira oriental da Colônia, e ao norte, as missões de Zuurbraak (1812), Hoogekraal (1813) e Theopolis (1814). As missões religiosas no Cabo atraíram famílias khoikhoi, especialmente grupos assujeitados a formas compulsórias de trabalho nas fronteiras da colônia. Do ponto de vista dos proprietários brancos na colônia, os missionários representavam uma ameaça em decorrência de seu discursoabolicionista e do ativo combate ao tráfico, resultando em atritos constantes entre a administração colonial e os grupos missionários nas primeiras décadas do século XIX. Uma das consequências da ação missionária foi a conversão de milhares de nativos, sobretudo das comunidades khoikhoi (FREUND, 1989). Simultaneamente, o discurso cristão foi mobilizado por diversos khoikhoi como forma de questionamento à exploração e à violência colonial, com o escopo de “reforçar sua humanidade fundamental” (ELBOURNE, 2002, p. 156).

Dessa forma, entre os contextos de formação e atuação de James Read Jr., convém destacar a missão de Bethelsdorp, estabelecida por missionários da LMS, em especial o holandês Johannes van der Kemp, com a assistência de James Read Sr., e considerada, no período, como um refúgio para muitos nativos (sobretudo khoikhoi) que buscavam escapar da violência colonial ou da exploração do trabalho perpetuada pelos colonos brancos: de acordo com Elizabeth Elbourne (2002), muitos khoikhoi que se deslocaram à Bethelsdorp haviam se envolvido em episódios de revoltas e rebeliões contra as autoridades coloniais, portanto, estavam inseridos em um vasto leque de resistências diante do colonialismo, a saber, o “conjunto de ações, sejam elas individuais ou organizadas em nome de diferentes grupos, elitistas ou não (...) como respostas às interferências políticas, econômicas e/ou culturais impostas por agentes externos, e consideradas,

de alguma maneira, ilegítimas pelos indivíduos que a ela foram submetidos” (MATTOS, 2015, p. 32).

A missão de Bethelsdorp rapidamente tornou-se centro de dissidentes e radicais, em especial na crítica aos métodos de exploração do trabalho e controle da mobilidade dos khoikhoi, denunciando ainda os limites do sistema judiciário do Cabo, que deixava a população autóctone desprotegida e desamparada. Os missionários de Bethelsdorp também foram alvo de críticas de missionários vinculados a outras denominações religiosas, tais como a Igreja dos Irmãos Morávios, e que acusavam os agentes da LMS de compartilhar de hábitos e práticas culturais com os khoikhoi, diluindo, portanto, as fronteiras entre europeus e africanos nas missões (ELBOURNE, 2002, p. 215-216). Adicionalmente, em 1836, James Read Jr. integrou uma comitiva, que incluía seu pai, os missionários Jan Tzatzoe e Andries Stoffles, e o reverendo John Philip, superintendente da LMS no sul da África, e que viajou à Inglaterra para participar de um comitê organizado pelo parlamento britânico, o Select Comitee on Aborigines, com o afã de investigar o impacto do colonialismo britânico sobre as populações nativas (NZIRAMASANGA, 1974).

A partir de 1829, James Read Jr. e seu pai deslocaram-se para o recém-fundado assentamento de Kat River, onde tornaram-se responsáveis pela educação cristã e pela implementação de dezessete escolas para as comunidades de khoikhoi na região. Os khoikhoi ou Khoesan, referenciados na documentação colonial como “hotentotes” (grupos Khoe) e “bosquímanos (*bushmen*)” (grupos San) – termos hoje considerados pejorativos – fizeram parte das primeiras populações que foram afetadas mais diretamente pelo colonialismo no sul da África, sobretudo pelas migrações de holandeses, alemães e franceses huguenotes a partir do século XVII e, principalmente ao longo do século XIX, por colonizadores britânicos. De acordo com as hipóteses apontadas pelos historiadores Richard Elphick e Vertrees C. Malherbe (1989), os ancestrais dos khoikhoi dispersaram-se pelo sudoeste da África do Sul por volta do primeiro milênio em busca de terras para pastagem: uma parte dessas levas migratórias, que correspondia aos ancestrais dos khoikhoi do Cabo, migrou rumo à costa ao sul, enquanto outra parte deslocou-se em direção ao oeste, alcançando a costa atlântica, na atual

Namíbia, onde seus descendentes ficaram conhecidos coletivamente como Nama ou Namaqua. Os khoikhoi estavam originalmente envolvidos com atividades pastoris e organizados em linhagens, isto é, em famílias extensas cujos membros se consideravam descendentes de um ancestral em comum. Em alguns contextos, os chefes khoikhoi, cuja autoridade derivava menos da descendência ancestral e mais da posse de rebanhos, se vinculavam de forma relativamente autônoma a outras chefaturas khoikhoi mais poderosas, em especial em situações de vulnerabilidade, como por exemplo na perda dos rebanhos, momentos que transformavam as comunidades de pastores em caçadores ou coletores como estratégia de subsistência (ELPHICK, MALHERBE, 1989).

Uma parte das comunidades khoikhoi, conhecidas individualmente na documentação colonial como Cochoqua, Guriqua, Chainouqua e Hessequa, vivia nas proximidades da Baía da Mesa (Table Bay, na atual Cidade do Cabo), onde condições climáticas, como as constantes chuvas e a abundância de pastagens, garantiam relativa estabilidade para as sociedades pastoris. Outras comunidades khoikhoi mais distantes, localizadas onde posteriormente se estabeleceu a parte oriental da Colônia do Cabo, ficaram conhecidas como Inqua, Gonaqua, Damasqua e Hoengeyqua. Os primeiros contatos entre essas comunidades e comerciantes e colonizadores europeus ocorreram no final do século XVI e início do século XVII, e envolviam a participação de chefaturas khoikhoi na comercialização de gado e marfim no litoral. A situação alterou-se de forma drástica a partir da metade do século XVII, quando a região foi ocupada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, o que resultou na gradativa expansão das fronteiras e na perda de terras e rebanhos dos khoikhoi, além da introdução de formas de exploração de trabalho compulsório e escravização (ARMSTRONG, WORDEN, 1989, pp. 110-122). Em consequência disso, os khoikhoi foram forçadamente incorporados pela sociedade colonial na condição de mão de obra servil e trabalho não-livre; ademais, muitas comunidades khoikhoi foram dizimadas por epidemias, sobretudo de varíola, no século XVIII, e diversas expedições punitivas foram promovidas pelo colonato branco contra chefes khoikhoi acusados de roubo de gado.

A documentação produzida nesse período, com destaque aos relatos de holandeses entre os séculos XVII e XVIII, estabelecia diferentes categorizações para classificar as populações nativas, especialmente entre grupos pastoris, supostamente dóceis e coniventes com a expansão europeia no sul da África (geralmente identificados como “hotentotes”), e os grupos de caçadores e coletores destituídos de rebanhos, e retratados nos discursos coloniais como primitivos e insubordinados, incapazes de serem assimilados pela sociedade colonial, mesmo na condição de mão de obra (descritos como “bosquímanos”). Embora a historiografia colonial e os estudos etnográficos do século XIX tenham definido esses dois grupos como diferentes “raças”, “tribos” ou “etnias”, pesquisas recentes (MARKS, 1972; ELPHICK, 1977; WRIGHT, 1996), tem apontado ao fato de que, em um período anterior à presença europeia, tais distinções não eram tão demarcadas, e referiam-se a marcações socioeconômicas, sobretudo entre grupos que ainda detinham posse de rebanhos e aqueles “caçadores, coletores, pescadores e ladrões que existiam nas margens da sociedade pastoril” (WRIGHT, 1996, p. 26). Portanto, estavam longe de designar identidades étnicas rígidas, visto que a alternância entre condições de posse ou perda de rebanhos poderiam transformar as condições de vida e de sobrevivência dessas comunidades. Além disso, convém demarcar que grupos mestiços também se formaram a partir de uniões informais entre os khoikhoi e europeus, principalmente comunidades identificadas a partir do século XIX como “bastaards”, ou griquas (associadas historicamente a duas regiões conhecidas como Griqualândia, ao norte da Colônia do Cabo) ou basters, concentrados sobretudo na região de Rehoboth (Namíbia) (WALDMAN, 2007).

No início do século XIX, quando a Colônia do Cabo foi anexada pelos britânicos, os khoikhoi representavam aproximadamente metade da força de trabalho africana, inclusive em funções públicas, na construção de estradas ou canais de irrigação, ou no policiamento das fronteiras da colônia, na província oriental (ELPHICK, MALHERBE, 1989, p.43). Nesse momento, a administração colonial britânica promoveu um movimento de codificação jurídica da exploração do trabalho nativo, reforçando práticas que já vinham sendo feitas de forma autônoma pelo colonato bôer há décadas. Uma das principais medidas ocorreu em 1809, por meio da lei conhecida

como “Código Caledon” ou “Proclamação Hotentonte”, que atendia às demandas dos fazendeiros, sobretudo da província oriental da colônia, por um controle maior da mobilidade de seus trabalhadores khoikhoi, obrigando-os a carregar um passe de identificação emitido por seu mestre ou por um oficial colonial, que os vinculava, de forma fixa, aos seus empregadores. Por extensão, a legislação regulamentava o uso do chicote para punir trabalhadores acusados de insubordinação ou preguiça (BRECKENRIDGE, 2008, p. 7). O Código Caledon formalmente assujeitava todos os khoikhoi à legislação colonial, exigindo um registro de passe para permitir o deslocamento entre os diferentes distritos no Cabo, prática utilizada, pelo menos desde o século XVIII, como medida de controle da movimentação da população escravizada. Leis subsequentes, na década de 1810, também formalizavam o sistema de “aprendizes”, isto é, um regime de trabalho compulsório, sem remuneração, para crianças khoikhoi por um período de dez anos (dos oito aos dezoito anos) (MAGUBANE, 2001, p. 76-77).

Esse movimento foi denunciado por missionários vinculados à LMS, em especial por van der Kemp e James Read Sr., levando, inclusive à formação de comitês voltados à investigação das denúncias sobre a exploração do trabalho nativo entre 1811 e 1812 e, mais tarde, uma constante pressão sob o governo colonial para alterar a legislação vigente (WELLS, 2000). A administração colonial, influenciada pelo movimento humanitarista promovido por missionários, delimitou a exploração do trabalho khoikhoi por intermédio da Ordenação 50 de 1828, uma lei que repelia a legislação precedente, e permitia a circulação livre de khoikhoi sem o porte do passe de identificação, garantia o direito à posse de terras, inviabilizava o trabalho infantil sem a permissão familiar e proibia castigos físicos nas relações de trabalho. Em termos jurídicos, a Ordenação 50 possibilitava aos homens khoikhoi incorporados à sociedade colonial os mesmos direitos que os homens brancos na colônia.

Como demonstrou Vertrees Malherbe (1997), a aprovação da Ordenação 50 ampliou os espaços de reivindicação da população khoikhoi, de modo que, poucos meses após a promulgação da lei, petições foram enviadas ao governo reivindicando terras com base em direitos ancestrais ou enfatizando a participação formal de soldados khoikhoi em regimentos

coloniais; contudo, outros trabalhadores khoikhoi, agora livres das relações de servidão e da restrição de mobilidade pela Ordenação 50, deixaram suas antigas fazendas desterrados, sem opção além de se tornarem posseiros ou recorrerem ao banditismo (MALHERBE, 1997). Apesar da nova legislação, as demandas por mão de obra barata e acessível, principalmente pelos latifúndios controlados pelo colonato branco, bem como as pressões políticas exercidas pelos colonos sobre o governo, perpetuaram uma exploração contínua de muitas comunidades khoikhoi. Por extensão, a abolição da escravidão em 1834 levou muitos fazendeiros a promover expedições de captura e escravização de nativos fora das fronteiras da colônia (ELDREDGE, 1994).

O assentamento de Kat River e a rebelião de 1851

Foi no contexto de aprovação da Ordenação 50 de 1828 que o governo colonial estabeleceu o assentamento de Kat River, numa região de fronteira no lado oriental da colônia. Tudo indica que, no passado, o vale de Kat River havia sido habitado por ancestrais dos khoikhoi, possivelmente deslocados das imediações pelo avanço colonial ou por conflitos com os xhosa ou amakhosa (ROSS, 2013, p. 14), povos de língua e cultura nguni com presença histórica na região correspondente à parte oriental da Colônia do Cabo. Desde meados da década de 1770, toda a região de fronteira da colônia havia sido marcada por conflitos entre o colonato branco e as chefaturas xhosa, como resultado da expansão gradativa das fronteiras coloniais, depredações mútuas e a perda dos territórios xhosa. A formação do assentamento de Kat River ocorreu num momento em que as autoridades do Cabo expulsaram comunidades xhosa lideradas pelo chefe Maqoma que, até então, ocupavam a região da nascente de Kat River, um afluente do Great Fish River. A remoção dessas comunidades foi uma das consequências da expansão das fronteiras da colônia, agora limitadas pelo rio Keiskamma. Para inviabilizar o retorno dos xhosa após a retirada das tropas coloniais, a administração do Cabo optou por ocupar a região com famílias khoikhoi, além de grupos mestiços e alguns colonos brancos (tanto bôeres quanto britânicos). Assim, desde as suas origens, o assentamento

de Kat River era interpretado, do ponto de vista das autoridades coloniais, como uma “zona-tampão”: uma área fronteiriça que separaria a Colônia do Cabo dos territórios xhosa.

Na prática, a região era marcada por interações contínuas, vínculos de dependência ou solidariedade, e relações de parentesco entre os khoikhoi e os xhosa: pelo menos desde o final do século XVIII, diversos khoikhoi gonaqua fugiram dos proprietários brancos, sobretudo na área entre os rios Gamtoos e Fish, e se refugiaram ou assujeitaram junto ao chefe Maqoma. Outros khoikhoi, originalmente abrigados em missões religiosas da LMS também refugiaram-se entre os xhosa e foram, mais tarde, assentados pelo governo em Kat River. Um dos líderes dessa segunda leva de khoikhoi, Klaas Nuga, era o filho de um dos intérpretes de outro chefe xhosa, Ng-qika, na década de 1810. Muitos desses grupos refugiados, especialmente os khoikhoi gonaqua, receberam autorização do governo colonial para estabelecer-se em Kat River, supervisionados por um *veldkornet* (oficial de campo) gonaqua chamado Andries Botha (KIRK, 1973, p. 412-413). Outros khoikhoi gonaqua, incluindo Andries Botha, haviam previamente servido às tropas da Colônia do Cabo, recebendo terras como recompensa por suas ações, inclusive em conflitos nas fronteiras com os xhosa.

É preciso também considerar que, no contexto da Ordenação 50, que garantia direitos políticos aos khoikhoi, crescia a expectativa, por parte de comunidades e lideranças khoikhoi, acerca de medidas de devolução de terras àqueles que, ao longo de aproximadamente duzentos anos, haviam sido removidos de seus territórios. Nesse sentido, uma petição foi entregue ao governo colonial em 1829, assinada por vinte e oito homens gonaqua de Bethelsdorp, apresentando-se como respeitáveis membros da sociedade colonial e demandando o reconhecimento da posse de terras desocupadas na região oriental do Cabo. Ademais, em 1834, um correspondente khoikhoi, oriundo de Kat River, remeteu uma carta ao *South African Commercial Advertiser* protestando que:

após a promulgação da Ordenação 50 nós pedimos que o restante da terra ainda na Colônia fosse entregue aos Hotentotes, mas isto não aconteceu [...]. É verdade que o governo garantiu aos Hotentotes uma pequena parcela de terra em Kat

River, pela qual seremos sempre gratos: mas calcula-se que a nação Hotentote totaliza 30 mil almas e há apenas 5 mil em Kat River. O que ocorre com as demais 25 mil? Devem todos eles virarem mendigos [vagrants]? (ROSS, 2018, p. 23).

Conforme o historiador Verbees Malherbe (1997), as demandas dos khoikhoi, sobretudo a partir da aprovação da Ordenação 50, estavam fundamentadas em duas justificativas principais: em primeiro lugar, o requisito de terras com base nos direitos ancestrais, sob o argumento da presença milenar dos khoikhoi nas regiões correspondentes à Colônia do Cabo, argumento visível, por exemplo, nas diversas petições enviadas ao governo colonial com o fito de garantir a posse de terras desocupadas; em segundo lugar, a solicitação por terras como recompensa pela participação de homens khoikhoi a serviço de regimentos coloniais, inclusive em campanhas militares contra outras populações nativas (ao exemplo dos xhosa), nas fronteiras (MALHERBE, 1997). Nesse contexto, o batismo cristão adquiria relevância como um fator de elegibilidade para compra ou posse de terras, elemento que, durante muito tempo, esteve atrelado à exclusividade do direito ao colonato branco. A busca por terras assumiu uma nova dimensão a partir da Ordenação 50 que, ao libertar milhares de trabalhadores khoikhoi de condições compulsórias ou servis de trabalho, produziu uma massa de famílias desterradas, sem opção além de se tornarem posseiros; grupos pastoris com gado, porém sem pastagens para os rebanhos; ou ainda grupos que, pelas pressões econômicas dos contextos coloniais, recorriam ao banditismo como estratégia de sobrevivência naquela sociedade.

Além das aproximadamente duzentas e trinta famílias khoikhoi, cerca de setenta famílias mestiças de khoikhoi e europeus, oriundas dos distritos de Somerset e Graaf-Reinet, foram assentadas em Kat River. Esses grupos mestiços eram identificados no período como “bastaards”. Havia adotado a língua holandesa e valores europeus, desassociando-se, portanto, de suas origens khoe e, por isso, distinguindo-se da comunidade gonaqua. A comunidade bastaard de Kat River estava sob a liderança do capitão Christien Groot, que mais tarde galgou o posto de comandante de campo e juiz de paz. Uma parte das famílias alocadas no assentamento eram oriundas das missões religiosas de Theopolis e Bethelsdorp, e estavam, portanto, sob a

esfera de influência política e religiosa da LMS: mesmo que o assentamento estivesse religiosamente vinculado à Igreja Holandesa Reformada, alguns missionários da LMS, ao exemplo de James Read Jr. e seu pai, adquiriram propriedades nas imediações. Mais tarde, sobretudo na década de 1840, o assentamento também recebeu famílias de origem thembu², mfengu³ e xhosa gqunukhwebe, muitos dos quais destituídos de gado ou terras e vinculados aos proprietários gonaqua na condição de pastores. O assentamento foi dividido em cinco distritos, administrados por indivíduos designados pelo governo colonial sob o título de “capitães”, incluindo Andries Botha, cuja influência política era particularmente expressiva sobre os khoikhoi gonaqua com parentescos entre os xhosa. Os capitães distritais, por sua vez, respondiam a um magistrado indicado pelo governo para gerir Kat River.

Nos relatos produzidos por missionários e outros observadores liberais nos primeiros anos de existência de Kat River, o assentamento figurava como um exemplo de “regeneração” moral e espiritual decorrente da ação missionária no contexto pós-Ordenação 50. Nos testemunhos de Thomas Pringle, membro da Anti-Slavery Society e proeminente ativista liberal no Cabo, os khoikhoi formavam “um povo, impactado pela opressão e pelo desgosto, até afundarem abaixo do nível dos escravos negros (...), um povo por gerações lembrado pelo mundo civilizado por sua estupidez, indolência, improvidência, intemperança”, porém, “erguido da poeira, de uma vez só e sem nenhum preparo (exceto pelo pouco que receberam nas instituições missionárias) ao pleno direito de homens livres” (PRINGLE, 1835, p. 279). Em Kat River, “este povo há muito maltratado” teria passado por uma “completa mudança de caráter”, deixando em evidência “seu autogoverno, sua docilidade, sua temperança singular, sua produtividade, seu ardor pela instrução geral e religiosa, e sua constante boa conduta” (PRINGLE, 1835, p. 280). Até mesmo na documentação produzida pelo para o Select Committee

² Os Thembu ou abaThembu são um grupo Bantu, de cultura Nguni, falantes de línguas xhosa, historicamente relacionados a uma região na atual província do Cabo Oriental denominada Thembuland, conhecida no século XIX como Tambookieland. Sobre a história do povo Thembu, ver: WAGENAAR, 1989.

³ Ao longo do século XIX, o termo Fingo (Mfengu) era utilizado para se referir a grupos nativos de língua e cultura Bantu (Nguni), de origens possivelmente muito diversas, porém cristianizados e incorporados à sociedade colonial. A interferência do governo colonial intensificou as hostilidades entre grupos Mfengu e outras populações nativas nas fronteiras, tais como xhosa. Por extensão, muitos homens Mfengu atuaram a serviço das tropas coloniais nesse período (MVENENE, 2014).

on Aborigines entre 1836 e 1837, Kat River era retratado como sintomático de “melhoria nas condições e assiduidade e aprimoramento moral” dos khoikhoi (ELBOURNE, 2002, p. 273).

Este cenário idílico, de relações sociais idealizadas e marcadas pela “regeneração” moral dos khoikhoi, contrastava com a condição socioeconômica a partir da metade da década de 1830, quando ocorre um agravamento nas tensões sociais no assentamento. Com a eclosão da sexta (1834-1835) e sétima guerras das fronteiras (1846-1847), os moradores de Kat River foram forçados a abandonar suas propriedades e abrigar-se em postos militares e fortes britânicos; muitas das suas propriedades foram assoladas e destruídas durante os conflitos. Simultaneamente, cresciam as tensões entre as diferentes comunidades que viviam em Kat River como, por exemplo, os khoikhoi gonaqua e as famílias bastaards, ou os khoikhoi gonaqua e os novos moradores mfengu. Isto porque a partir do final da década de 1840, o governo colonial decidiu realocar, em Kat River, centenas de famílias de origem mfengu, thembu e xhosa, oriundos de fora da colônia ou cujas habitações haviam sido destruídas por ordens do governo para vender terras a famílias de colonos brancos. Do ponto de vista da população gonaqua, já estabelecida em Kat River, essa nova leva de famílias não representava mão de obra adicional, mas sim uma força rival no uso das terras, ou ainda invasores em uma terra que, da perspectiva dos khoikhoi, lhes pertencia com base nos direitos ancestrais.

Para priorar a situação, a região de Kat River, caracterizada por terras férteis e fácil acesso a rios, era cobiçada pelos colonos britânicos de Grahamstown, sobretudo aqueles envolvidos com a criação de ovelhas para fins comerciais, e que passaram a utilizar da imprensa (ao exemplo do jornal *The Graham's Town Journal*), para criticar o assentamento e seus moradores khoikhoi, caracterizando-os como bárbaros e perigosos, ou acusando-os de serem ludibriados pelo discurso missionário (KIRK, 1973; ROSS, 1997). O crescimento da influência política dos proprietários britânicos da região oriental do Cabo ameaçava os direitos khoikhoi, já assegurados por lei. No mesmo período, o governo colonial indicou, para exercer a função de magistrado no assentamento de Kat River, uma série de indivíduos contrários à autonomia e aos direitos das comunidades khoikhoi: no jogo das tensões do período, as discussões acerca do estabelecimento de uma assembleia

parlamentar no Cabo também suscitaron rumores sobre a possibilidade do revogação da Ordenação 50 e o retorno de medidas discriminatórias contra a população khoikhoi.

A situação culminou na rebelião de Kat River de 1850-1851. Nos últimos meses de 1850, grupos xhosa desterrados promoveram uma revolta contra as forças coloniais. Eram liderados por um profeta chamado Mlanjeni, o qual alegava tornar os guerreiros xhosa invulneráveis aos ataques das tropas coloniais. Em questão de pouco tempo, o movimento teve adesão dos ngqika, uma das principais comunidades xhosa nas fronteiras da região oriental do Cabo, liderados na época pelo chefe Mgolombane Sandile. Os xhosa avançaram pelas fronteiras da colônia, atacando e destruindo as vilas de Woburn, Auckland e Juanesberg, tendo, como alvo, os proprietários britânicos que responsabilizavam por suas agruras (LEGASSICK, ROSS, 2009, p. 308). Quando o governo da Colônia do Cabo enviou ordens para os habitantes do assentamento retirarem-se das suas propriedades e apoiassem as tropas coloniais em dezembro, parte da comunidade de Kat River se recusou. Uma das principais lideranças do assentamento, Hermanus Matroos, e seus seguidores Gqunukhwebe optaram por se juntar aos xhosa Ngqika na guerra, apoiados por uma grande força composta por tropas gonaqua (ROSS, 2004). Diversas outras lideranças locais aderiram ao movimento nos meses seguintes, mesmo após a morte de Matroos em combate contra as forças coloniais em janeiro de 1851. O alvo inicial dos ataques organizados pela coalisão de xhosa-khoikhoi eram os fortes e postos militares britânicos na região (Forte Cox, Forte White, Forte Beaufort e Forte Hare); após o fracasso das operações iniciais, os conflitos foram concentrados na região de Waterkloof, nas proximidades do vale de Kat River.

Nesse momento, outra liderança do movimento, um colono *coloured* chamado Willem Uithalder, também tentou, sem sucesso, conseguir apoio das lideranças griqua, Adam Kok e Andries Waterboer, alertando-os sobre os riscos representados pelo avanço da legislação discriminatória, e que impactariam os Griqua de forma semelhante ao que ocorreria com os gonaqua (KIRK, 1973, p. 424-425). A correspondência enviada por Uithalder, posteriormente interceptada e publicada na imprensa colonial, evidencia certo senso das culturas políticas, das lógicas de ação e dos objetivos da rebelião. Portanto, longe de ser um movimento “bárbaro” ou

"selvagem", como afirmavam os discursos coloniais, as lideranças da rebelião compartilhavam da consciência dos efeitos destrutivos provocados pelo colonialismo, em especial a perda de terras, a desagregação e pauperização da sociedade khoikhoi:

Por todo o tempo que nós, a pobre e oprimida raça Hotentote, somos alvo da presente guerra ocorrendo aqui, que fomos por um considerável tempo oprimidos pelos injustos colonos ingleses, que continuadamente tem apelado ao Governo, por memoriais, pelo consenso e execução de leis irregulares e opressivas, como as leis de vadiagem, com a tendência de opressão e completa ruína dos homens de cor e os pobres dessa terra, uma terra que nós, como nativos, podemos de forma justa considerar como nossa pátria mãe, é meu objetivo e finalidade, por essa oportunidade, estimando como meu dever, e devendo a todos que estão lá como nação e familiares de uma mesma casa (embora há muito tempo negligenciada), para informar que essa guerra que ocorre continuadamente aqui, está declarada contra nós Hotentotes porque nós nos defendemos contra as leis mencionadas acima, e não as deixaremos passar. Portanto, é meu mais sincero desejo e pedido que você (já que os pobres e arruinados de nossa raça aqui me encarregaram de representar a você sobre sua condição deplorável), para ouvir sua determinação relacionada a esse assunto enquanto nação, e que devemos suportar e sentir um com o outro na dificuldade; e quais seus planos e intenções, já que a parte principal de nossa nação tem honestamente me requisitado para suplicar a você que nos favoreça o mais cedo possível com uma resposta ou decisão. (GRAHAM'S TOWN JOURNAL, 04/10/1851, p. 3).

A rebelião de Kat River foi violentamente reprimida pelas tropas coloniais, que mobilizaram também contingentes de guerreiros mfengu, explorando as hostilidades já latentes entre a comunidade khoikhoi gonaqua e a população mfengu. A imprensa colonial acompanhou assiduamente o movimento revoltoso, manifestando diversos posicionamentos políticos ao longo do processo. O *The Graham's Town Journal*, por exemplo, jornal editado por Robert Godlonton e vinculado aos proprietários britânicos de Grahamstown, constantemente caracterizava o assentamento de Kat River como reduto de nativos ou com pessoas com "sangue nativo", cujos

"caminhos do barbarismo" teriam assolado a "parte decente da comunidade" (GRAHAM'S TOWN JOURNAL, 22/02/1851, p. 2). Por extensão, fica evidente como que, ao lado do discurso racial, uma percepção de classe social encontra-se subjacente nos editoriais, na medida em que o problema de Kat River consistia no fato de sua população ser composta por "comunidades pobres", capazes de "produzir desafetos aos poderes governantes e um sentimento irritante de inveja quanto àqueles que estão em circunstâncias mais prósperas" (GRAHAM'S TOWN JOURNAL, 22/02/1851, p. 2). Além disso, do ponto de vista do colonato branco e dos grandes proprietários, o movimento revoltoso estava fortemente vinculado ao fator missionário: ao tentar "educar o povo – isto é, encher suas cabeças com um pouco de conhecimento", o *The Graham's Town Journal* caracterizava a empreitada de homens como James Read Jr. como um fracasso de "incansáveis demagogos", por ignorar que "a única boa educação é aquela que tem referência direta aos assuntos práticos da vida" (GRAHAM'S TOWN JOURNAL, 22/02/1851, p. 2).

Até mesmo a historiografia colonial, produzida sobretudo por historiadores amadores vinculados aos interesses do colonato britânico nas décadas de 1850 e 1860, refletia muitos desses posicionamentos, inclusive culpabilizando a ação missionária e a educação cristã como responsáveis pela mobilização da rebelião. Na narrativa referente à revolta de Kat River, caracterizada como "a grande rebelião", o tratado histórico *History of the Colony of the Cape of Good Hope* (1869), de autoria de John Centlivres Chase e Alexander Wilmot, reforça a ideia da conivência khoikhoi a fatores externos: os "numerosos atos de violências contra fazendeiros e suas habitações" teriam sido causados por "um grande número de hotentotes enganados [*mislead*], aliados aos nativos" (CHASE, WILMOT, 1869, p. 443). O "ninho" da revolta, isto é, o assentamento de Kat River, teria sido criado com intenções benevolentes, contudo, "por um erro de cálculo fatal sobre a natureza dos habitantes, os quais, sem nenhuma mistura de brancos e de elementos mais civilizados, foram segregados em uma massa compacta e num estado de perfeito isolamento" (CHASE, WILMOT, 1869, p. 444). A presença de "professores imprudentes conectados a eles [aos khoikhoi] por casamento, ou mestiços" cultivaram uma "perigosa nação de nacionalidade

Hotentote” (CHASE, WILMOT, 1869, p. 444), um absoluto “desrespeito (...) pela vida humana” (CHASE, WILMOT, 1869, p. 452), acompanhado de “demandas por terra e queixas extinguidas há tempos” (CHASE, WILMOT, 1869, p. 444). Na narrativa, fica evidente o peso do discurso racial ao caracterizar a rebelião remetendo suas causas mais profundas à falta de fatores de embranquecimento e a proximidade com as “fronteiras nativas”, o que, como se viu, havia condicionado interações e negociações entre as diferentes comunidades que se instalaram na região do assentamento, e à ação de “professores imprudentes”, tais como James Read Jr., que teriam incitado os khoikhoi na luta pelos seus direitos.

“Essas opressões não param”: as cartas de James Read Jr.

Entre os meses de julho a setembro de 1851, James Read Jr. remeteu uma série de cartas abertas publicadas no jornal *South African Commercial Advertiser*, jornal sediado na Cidade do Cabo, abordando temas como o papel da ação missionária no sul da África, a formação do assentamento de Kat River e o movimento revoltoso que, naquele momento, já havia se dispersado como consequência da forte repressão colonial. O periódico em questão, criado por John Fairbarn em 1824, estava conectado à emergência de grupos de classe média urbana na Colônia do Cabo como resultado da anexação do território às posses britânicas no início do século; além disso, seus editoriais aproximavam-se de posicionamentos políticos liberais, sobretudo na defesa da liberdade de imprensa em contextos coloniais e, posteriormente, da autonomia político-administrativa do Cabo (MCKENZIE, 1998).

Desde a década de 1830, o *South African Commercial Advertiser* acompanhava de forma atenta os acontecimentos políticos e militares nas fronteiras da Colônia do Cabo, em especial as guerras das fronteiras, apresentando, em várias situações, um posicionamento empático às resistências xhosa diante da perda de suas terras (FRYE, 1968). Por seus vínculos com a ação missionária no Cabo – o editor, John Fairbarn, era genro do reverendo John Philip, superintendente da LMS no sul da África – e pelo histórico

de seus posicionamentos políticos, preenche-se as circunstâncias pelas quais James Read Jr. remeteu suas cartas ao *South African Commercial Advertiser*, em defesa da comunidade khoikhoi de Kat River e, ao mesmo tempo, defendendo-se das acusações perpetradas por lideranças do colonato britânico em outros órgãos da imprensa, tais como o supramencionado *The Graham's Town Journal*.

Nos escritos de James Read Jr., percebe-se um esforço de compreensão da rebelião de Kat River de 1851, assim como de outros grupos khoikhoi nas fronteiras que aderiram ao lado xhosa durante a oitava guerra das fronteiras, como um “fenômeno político e também moral na história desse país” (READ JR., 1852, p. IX). Para fornecer quadros explicativos da rebelião, o missionário divide a “história política dos Hotentotes [khoikhoi]” em três períodos distintos: a primeira fase, marcada inicialmente pela ação dos missionários junto às comunidades khoikhoi, culminando em uma série de denúncias acerca das condições cotidianas vivenciadas por tais grupos nativos, em especial a “precariedade civil, a opressão sem lei, agressão territorial e assassinato” (READ JR., 1852, p. IX); um segundo momento, no qual “comissários civis foram apontados para garantir a emancipação civil dos Hotentotes”, momento caracterizado por uma diminuição das “opressões mais graves”, ainda que os khoikhoi permanecessem submetidos a “tratamento injusto, como ser recrutados como soldados, obrigados a trabalhar em cidades e vilas, e carregar passes” (READ JR., 1852, p. X); e, finalmente, uma terceira fase marcada pela aprovação da Ordenação 50, que garantiu “proteção legal” para a “liberdade Hotentote”, colocando assim os “nativos da colônia em posição de igualdade com os brancos, do ponto de vista da lei” (READ JR., 1852, p. X). Fica evidente na narrativa a ênfase no papel dos missionários vinculados à LMS na consolidação de condições mais igualitárias para as comunidades khoikhoi, reforçando a mediação dos missionários em outros contextos de conflitos e revoltas, especialmente na virada do século, quando “os nativos estavam em insurreição contra o governo holandês e seus agressores brancos nas fronteiras” (READ JR., 1852, p. IX).

Nesse ponto, Read Jr. aludia ao que ficou conhecido como “revolta dos servos” entre 1799 e 1803, e que envolveu diversas comunidades

khoikhoi, aliadas a grupos xhosa, em especial da comunidade gqunukhwebe, em luta contra o colonato branco na região de Zuurveld (na província oriental da Colônia do Cabo). Disputas por território levaram a conflitos entre, de um lado, os xhosa gqunukhwebe aliados aos khoikhoi – principalmente trabalhadores que se refugiaram ou assujeitaram junto aos xhosa para escapar às condições de trabalho compulsório na colônia – e de outro, os fazendeiros bôeres e o governo colonial. Em diversos documentos coligidos no período, os testemunhos das lideranças khoikhoi já evidenciam um claro desconforto com a presença colonial europeia: na declaração de um dos líderes da revolta de 1799-1803, Klaas Stuurman, o objetivo do movimento era “restaurar [...] a terra da qual nossos pais foram roubados pelos holandeses, e não temos mais nada a exigir. [...] Vivíamos muito contentes, ele disse, antes desses saqueadores holandeses nos atormentarem, e porque não poderíamos viver novamente se nos deixassem livres?” (BARROW, 1801, p. 110). Diferentemente das imagens produzidas pelos discursos coloniais, que retratavam os khoikhoi como coniventes com a presença europeia, a “revolta dos servos”, além de diversos outros episódios de conflitos, como expedições voltadas a recuperar gado roubado e as chamadas “guerras bosquímanas” (*bushman wars*) ou “guerras khoikhoi-holandesas” no século XVII, evidenciam um longo histórico e vasto leque de lutas e resistências em defesa de sua autonomia diante da invasão europeia (MARKS, 1972, p. 55-80).

Ao descrever o processo de formação do assentamento de Kat River, imediatamente após a aprovação da Ordenação 50 de 1828, James Read Jr. adere a certo tom de idealização, muito frequente nos escritos missionários e de outros testemunhos liberais no período. Assim, a composição do assentamento teria sido marcado por um rápido “progresso” nos “objetivos agrícolas, criação de gado, criação de cavalos, difusão da civilização, sobriedade e a formação de sociedades missionárias, bíblicas e abstêmias; [...] e os direitos dos cidadãos foram concedidos a esse povo pelo governo” (READ JR., 1852, p. X). Esse cenário de relações sociais e de trabalho idealizadas a partir da ideia de “regeneração moral” e cristianização dos khoikhoi teria sido rompido não apenas pelas guerras das fronteiras nas décadas de 1830-1840, que causaram a destruição de inúmeras propriedades

no assentamento, mas também pela proposição da “lei de vadiagem” (*Vagrant Act*) pelo conselho legislativo do governo colonial em 1834. Esta proposta de lei, posteriormente vetada pelo conselho legislativo do Cabo, ameaçava os direitos dos khoikhoi ao permitir oficiais e administradores locais a classificar indivíduos, especialmente destituídos de propriedades, como vadios e forçá-los ao trabalho compulsório em obras públicas ou sob contrato particular. Além disso, o texto da proposta proibia a prática de caça e coleta de frutos em terras do governo – o que, efetivamente, ameaçava as estratégias de sobrevivências de comunidades khoikhoi e khoisan que ainda viviam em caráter nômade ou seminômade. Ainda que a proposta da legislação não apresentasse, de forma explícita, categorizações raciais, na prática, muitos compreendiam-na como uma forma de suplantar a Ordenação 50 e minar os direitos dos khoikhoi (ROSS, 2013). Sabe-se que a proposição de tal legislação foi amplamente discutida pelas lideranças khoikhoi de Kat River em meados de 1834, e petições contrárias à lei, assinadas por aproximadamente 400 moradores do assentamento, foram enviadas ao governo colonial; paralelamente, petições favoráveis à legislação também foram promovidas no âmbito de Kat River, em especial por membros da comunidade Bastaard, o que deixa evidente as tensões que marcavam os diferentes grupos assentados na região (ELBOURNE, 1994).

Assim, num primeiro momento, Read Jr. esforça-se em demonstrar o caráter regenerado dos moradores de Kat River, transformados em respeitáveis e laboriosos proprietários de terras como consequência da ação missionária na região das fronteiras. A partir de um “ponto de vista moral”, o assentamento, pelo menos até o início da década de 1840, estaria em condições “incomparáveis a qualquer distrito ou subdistrito na colônia. Cantinas, aqueles berços de vício, estavam totalmente excluídos por uma regra fundamental no estabelecimento, e sociedades abstêmias e de temperança foram formadas” (READ, 1852, p. 122). A existência de sociedades de leitura, a circulação de jornais e de associações agrícolas em Kat River seriam, ainda, outros exemplos da respeitabilidade constituída pelos moradores do assentamento ao longo do tempo, fazendo valer a “igualdade de direitos políticos, para todos aqueles qualificados para possuí-los, seja branco ou negro” (READ, 1852, p. 125). A tonalidade adotada em muitas

das descrições do missionário acerca dos moradores de Kat River estava atrelada à noção de respeitabilidade, termo originalmente associado às culturas de classe média mas que, gradativamente, nas primeiras décadas do século XIX, passou a ser visto como um imperativo desejável a outros grupos sociais: autonomia e independência financeira, valores edulcorados pela educação, além de outros demarcadores, como a sobriedade, no uso de roupas ao estilo europeu ou na adoção de ritos cristãos, como o casamento e o batismo (CORDERY, 1995).

Simultaneamente, o missionário aponta a um contexto de difamação promovida contra os habitantes do assentamento, especialmente pela “imprensa da fronteira”, a qual “repleta de narrativas, testemunhos e os assim chamados fatos autênticos” teriam minado “a boa fama e a lealdade dos ministros de Kat River e de todo o povo” (READ, 1952, p. 1). De modo distinto às campanhas difamatórias promovidas por jornais como o *The Graham’s Town Journal*, que, como se viu, representava os interesses de proprietários britânicos nas fronteiras, o missionário atesta ao fato de que as comunidades khoikhoi, a despeito de todas as “guerras e sanguinolências entre as tribos das fronteiras”, permaneceram, “pela influência do Evangelho e apego ao governo britânico [...] distintos pela sua lealdade”, além de “por um período de meio século, os mais eficientes auxiliares às tropas regulares na expulsão e subjugação dos clãs nativos” (READ, 1852, p. 3-4). Dessa forma, e em defesa dos moradores khoikhoi de Kat River, o missionário apresenta-os como cristãos laboriosos e fieis à administração colonial britânica. Ao mesmo tempo, Read Jr. transcreve, em seus relatos, uma série de queixas oriundas de moradores do distrito de Lower Blinkwater, em Kat River, especialmente de um dos anciões da Igreja Holandesa Reformada, Arie van Rooye, que denuncia a presença e circulação de famílias xhosa na região, muitas das quais acusadas de envolvimento em roubo e captura de gado. Além de evidenciar tensões sociais latentes entre as diferentes comunidades de Kat River, esses testemunhos apontam, de forma implícita e involuntária, à continuidade de relações de parentesco, de assujeitamento ou de trabalho entre os khoikhoi e outros grupos assentados em Kat River e as comunidades xhosa do outro lado da fronteira.

Read Jr. esforça-se em caracterizar os habitantes de Kat River como homens regenerados pela educação e moralidade cristã, apegados ao trabalho livre e fieis ao governo colonial. Neste sentido, o vocabulário utilizado por Read Jr. aproximava-se, como se viu, de um dos conceitos centrais para a compreensão a sociedade colonial no Cabo na metade do século XIX: a noção de respeitabilidade, fortemente relacionada à adesão, em especial das comunidades khoikhoi, à doutrina cristã (ROSS, 1999). Desta forma, os moradores khoikhoi do assentamento seriam distintos daqueles que se envolveram mais diretamente com a rebelião, influenciados pelas ações do “conspirador chefe” (READ, 1852, p. 10), Hermanus Matroos, o qual articulou ataques aos fortes britânicos na região em coalizão com os xhosa. Ao narrar a trajetória de Hermanus Matroos, os relatos de James Read Jr. enfatizam certo caráter transfronteiriço dessa liderança: filho de um escravizado fugitivo e de uma mulher xhosa, Matroos trabalhou, na sua juventude, para um fazendeiro holandês na região de Zwager’s Hoek, onde aprendeu a língua holandesa; mais tarde, ao retornar aos territórios xhosa, passou a atuar como intérprete entre o chefe Nqika e os agentes do governo colonial.

Em retribuição por seus serviços ao governo britânico, Matroos recebeu terras no assentamento de Kat River, onde manteve um número considerável de famílias nativas sob sua proteção e autoridade, transformando-se, praticamente, em uma espécie de chefatura independente, estabelecendo também vínculos com chefes xhosa do outro lado das fronteiras, mormente pelo pagamento de tributos em cabeças de gado. De acordo com James Read Jr, durante as guerras das fronteiras, “ele e seu povo fielmente serviram o governo contra sua própria nação e chefaturas, pelo qual eles foram honoravelmente lembrados nos relatos das guerras de 1836 e 1846” (READ, 1852, p. 14). Contudo, o missionário relembra que, embora considerando-se um súdito britânico, Hermanus acreditava “ser livre para escolher no que acreditar, e aderir aos costumes de seu povo, se isso não interferisse com os direitos de outros, ou as leis da colônia. Além disso, ele mantinha contato frequente com sacerdotes xhosa e um grupo de fazedores de chuva” (READ, 1852, p. 15).

Essas evidências apontam, indiretamente, para as diferentes identidades culturais constituídas na região de Kat River, em especial a partir da interação entre grupos khoikhoi e xhosa em contextos marcados pelo colonialismo. As relações estabelecidas entre Hermanus e outras famílias (thembu, mfengu, xhosa) sob sua autoridade, ou mesmo entre Hermanus e as chefaturas xhosa do outro lado da fronteira, reproduziam relações políticas e de poder praticadas, há muito mais tempo, nas imediações por comunidades khoikhoi e xhosa, especialmente vínculos de proteção e dependência em troca de trabalho ou tributos. Assim, uma das causas da rebelião liderada por Matroos seria a interferência do governo colonial nas dinâmicas internas do assentamento, em especial a partir de 1848, quando “o governo colocou as terras de Hermanus na mesma categoria que as terras do governo cedidas aos Fingos [mfengu], isto é, sujeito a uma taxa de uma libra anual por família” (READ, 1852, p. 15) o que teria suscitado, sem sucesso, o envio de diversos protestos escritos por Matroos. A rebelião, portanto, teria sido um último e desesperado recurso diante de um contexto marcado pela incerteza e insegurança, ou ainda como uma resposta a fatores que ameaçavam direitos assegurados por lei e condições materiais de sobrevivência ou de respeitabilidade de líderes como Hermanus Matroos. Em suma, o missionário avalia que, mesmo que a posição de Matroos no assentamento esteja “em desacordo com os planos originais”, o erro havia sido cometido, “e seus direitos deveriam ser respeitados” (READ, 1852, p. 18).

Em contraste às ações de Hermanus Matroos, o missionário apresenta, de modo reiterado, menções a outras lideranças khoikhoi gonaqua de Kat River que, na sua óptica, permaneceram leais ao governo durante a rebelião, porém, posteriormente, acusadas por alta traição de modo injusto e sem fundamentos. O destaque recai, nesse caso, no capitão Andries Botha, um dos principais líderes gonaqua de Kat River desde sua fundação, em 1829. Antes disso, Botha viveu na missão de Theopolis, vinculada a LMS e, após assentar-se em Kat River, serviu ao governo colonial em diversas guerras nas fronteiras entre as décadas de 1830 e 1840. Em meados de 1850, as tropas coloniais lançaram-se a uma operação de remoção de posseiros no distrito de Buxton, em Kat River, culminando na expulsão arbitrária de diversas famílias gonaqua que haviam residido no assentamento há muitos anos, incluindo membros da família de Botha (ROSS, 2013). Botha, que ocupava

o cargo de *veldcornet* (capitão) de Buxton, enviou diversas petições ao governo colonial protestando as circunstâncias; mais tarde, com a eclosão da rebelião, Botha foi preso e acusado de alta traição, permanecendo na prisão até 1855. Tudo indica que Botha tornou-se alvo de um julgamento político, em especial movido contra os apoiadores do assentamento vinculados ao movimento evangélico-humanitarista, percepção que auxilia a compreender a defesa de James Read Jr. ao afirmar que “quanto a Botha, tenho razões para acreditar que, enquanto estava longe de seu terreno, ele nunca se envolveu com os rebeldes, que tentaram tudo para fazê-lo juntar-se a eles como seu general, mas ele veementemente se recusou” (READ, 1852, p. 87).

Mesmo que contrário aos métodos adotados pelos rebeldes, as cartas de Read Jr. encontram-se permeadas de transcrições de conversas realizadas entre os missionários da LMS e os moradores de Kat River, onde se identifica amplo quadro de insatisfações e queixas que teriam culminado na rebelião, muitas das quais relacionadas ao avanço da violência colonial nas fronteiras. Assim, por exemplo, Read Jr. menciona os posicionamentos de “Agie Michaels, um gonaqua”, o qual afirmava que “as prisões estão cheias de Hotentotes, mas o homem branco escapa a punição, mesmo que ele seja culpado” e que, apesar de colaborarem com o governo colonial, especialmente nas “diversas guerras e expedições contra os nativos”, os khoikhoi foram “vergonhosamente tratado pelo governo”, recebendo, em recompensa por suas ações “apenas rações para eles mesmos e suas famílias, sem nenhum pagamento” (READ, 1852, p. 30-31). Por extensão, o missionário destaca que “o povo de Hermanus reclamava dos pesados impostos que recaíam sobre o seu terreno”, e os “gonaquas do [distrito] Blinkwater acerca da destruição de suas cabanas em uma tempestade de neve”, enquanto que “as viúvas e os órfãos dos homens que morreram na guerra de 1846-7 (...) não receberam os cuidados. (...) Alguns deles não conseguiam entender por que os ingleses ficaram ricos tão rapidamente e ascenderam socialmente de modo tão súbito” (READ, 1852, p. 34).

A indeterminação do contexto, somado a diversas insatisfações acumuladas ao longo dos anos, estariam nas bases do movimento revoltoso; assim, a coalizão com as forças xhosa, que também se revoltavam contra o governo colonial e o colonato branco nas fronteiras, forneciam a possibilidade de reestabelecer certo senso de segurança para os moradores

de Kat River: de acordo com o missionário, as condições que levaram à rebelião envolviam “a posição que alguns brancos, diziam, tomaram quanto aos homens de cor [...]. Eles falavam de capturas, prisões, flagelos e até mesmo assassinato” (READ, 1852, p. 102). A percepção de incerteza e insegurança, de que “eles novamente seriam submetidos a leis opressivas” (READ, 1852, p. 102), fica evidente ao descrever, por exemplo, o desabafo de uma das lideranças da rebelião, Willem Uithaalder, o qual possibilita pensar, entre outros aspectos, em uma gradativa deterioração nas relações entre os missionários e os rebeldes khoikhoi:

Senhor, quando você e o Sr. Read [James Read Sr.] eram homens jovens, vieram morar conosco, e agora vocês são ambos velhos, e o jovem Sr. Read [James Read Jr.] não tinha barba quando ele veio para Kat River, e agora ele avança em sua idade, e ainda assim, essas opressões não param. Os missionários, por anos, escreveram, e seus escritos não vão ajudar. Nós estamos nos erguendo para cuidar de nossos próprios assuntos. Agora nós mostraremos ao colonato que também somos homens (READ, 1852, p. 47).

Em suma, depreende-se que, mesmo sem aprovar os métodos adotados pelos revoltosos em Kat River, especialmente os ataques e depredações cometidas contra propriedades britânicas, persiste, nas narrativas do missionário James Read Jr., certo senso de empatia com as pressões coloniais e incertezas vivenciadas pelos khoikhoi nas fronteiras, muitos dos quais submetidos a condições cada vez mais empobrecidas como resultados das guerras coloniais promovidas pelo colonato britânico contra os xhosa. As cartas de James Read Jr., tal qual publicadas e compiladas pelo *South African Commercial Advertiser*, também fornecem rastros fragmentários e testemunhos involuntários daqueles que, diante de um contexto de insegurança e indeterminação, lançaram-se aos rifles e emboscadas na defesa de direitos que, tanto de um ponto de vista da lei quanto de um ponto de vista do direito consuetudinário e da ancestralidade, consideravam legítimos. Ademais, e de modo distinto de diversas narrativas produzidas pelo colonato branco na parte oriental do Cabo, como, por exemplo, no *The*

Graham's Town Journal, o missionário reforça um elemento fundamental na luta pelo reconhecimento de direitos no âmago da sociedade colonial do Cabo na primeira metade do século XIX: a cristandade como um elemento demarcador de respeitabilidade dos khoikhoi, para reforçar os seus direitos à terra e propriedades.

Considerações Finais

A rebelião de Kat River, promovida por lideranças khoikhoi gonaqua entre 1850 e 1851 nas fronteiras da Colônia do Cabo, foi a resposta a uma série de processos que, ao longo das décadas precedentes, minavam seus direitos garantidos por lei e criaram um clima de incerteza e indeterminação, em especial diante da possibilidade de uma retomada de medidas discriminatórias codificadas sob a forma da legislação colonial. Por extensão, a destruição das propriedades dos khoikhoi durante as guerras das fronteiras, nas décadas de 1830-1840, ameaçava a estabilidade socioeconômica das famílias assentadas em Kat River. O movimento revoltoso foi utilizado pela imprensa colonial vinculada aos proprietários britânicos da região oriental do Cabo como um pretexto para caracterizar o assentamento de Kat River como risco à segurança colonial e para retratar seus moradores como bárbaros, insidiosos e empobrecidos. Jornais como o *The Graham's Town Journal* culpabilizavam os missionários estabelecidos em Kat River, sobretudo aqueles vinculados à LMS e atuantes no campo da educação cristã, como responsáveis por incitar a rebelião.

Por esse motivo, tudo indica que, ao enviar suas cartas ao *South African Commercial Advertiser*, o missionário James Read Jr. buscava defender a ação da LMS junto aos khoikhoi, apontando ao papel “regenerador” da cristianização e da educação, que teria transformado os khoikhoi, na sua perspectiva, em homens e mulheres respeitáveis e laboriosos proprietários de terras. Nesse sentido também se encontra a defesa dos direitos khoikhoi sob a ótica de Read Jr., como resultado não apenas de direitos consuetudinários às terras outrora pertencentes aos seus ancestrais, ou dos direitos assegurados pela lei, mormente pela Ordenação 50, como também por sua

aceitação do cristianismo, elemento que, na sociedade colonial das primeiras décadas do século XIX, estava intimamente atrelado a ideais de respeitabilidade e civilização. Com efeito, para muitos khoikhoi, especialmente aqueles que foram educados nas missões naquele momento, o discurso religioso cristão fornecia uma plataforma política para reivindicação de seus direitos, como, por exemplo, na elaboração de petições por acesso à terras. Por sua trajetória, enquanto um missionário *coloured* no Cabo, James Read Jr. não estava alheio a estes debates, traduzindo-os numa linguagem cristã de laboriosidade e “regeneração moral”.

Mesmo que contrário aos métodos utilizados pelos rebeldes, sobretudo os ataques contra propriedades britânicas e fortes militares na região, as cartas de James Read Jr., produzidas nas “zonas de contato” nas fronteiras coloniais, possibilitam vislumbrar testemunhos involuntários daqueles que, entre dezembro de 1850 e os primeiros meses de 1851, pegaram às armas na defesa de seus direitos e propriedades. A problematização das cartas do missionário possibilita mapear as diferentes relações sociais construídas nas fronteiras, em especial entre lideranças de Kat River e as chefaturas xhosa, como ilustrado na trajetória de Hermanus Matroos, ou ainda as reivindicações e queixas daqueles que, como Willem Uithaalder, recorriam à revolta armada como uma resposta às inseguranças e indeterminações daquele contexto.

Referências:

- ARMSTRONG, James C; WORDEN, Nigel. *The Slaves, 1652-1834*. In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.
- BARROW, John. *An account of travels into the interior of southern Africa, in the years 1797 and 1798*. Londres: Cadell and Davies, 1801.
- BESTEN, Michael. 'We are the original inhabitants of this land': Khoe-San identity in post-apartheid South Africa. In: ADHIKARI, Mohamed (org.). *Burdened by race: coloured identitites in southern Africa*. Cidade do Cabo: University of Cape Town Press, 2013.

- BRECKENRIDGE, Keith. Power Without Knowledge: Three Nineteenth Century Colonialisms in South Africa. *Journal of Natal and Zulu History*, v. 26, n. 1, p.3-30, 2008.
- BREPOHL, Marion. Presença protestante na África: ressonâncias da segunda reforma. *Estudos de Religião*, v. 30, n. 2, p. 171-194, 2016.
- CHASE, John C.; WILMOT, Alexander. *History of the Colony of Cape of Good Hope*. Londres: Longman's Green, 1869.
- CORDERY, Simon. Friendly Societies and the Discourse of Respectability in Britain, 1825-1875. *The Journal of British Studies*, v. 34, n. 01, p. 35-58, 1995.
- Editorial. *The Graham's Town Journal*, 22 de fevereiro de 1851, p. 2.
- ELBOURNE, Elizabeth. Freedom at issue: Vagrancy legislation and the meaning of freedom in Britain and the Cape Colony, 1799-1842. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 15, n. 2, p. 114-150, 1994.
- ELBOURNE, Elizabeth. *Blood Ground: Colonialism, Missions, and the Contest for Christianity in the Cape Colony and Britain, 1799-1853*. Montreal & Kingston, Londres, Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2002.
- ELDREDGE, Elizabeth. Slave Raiding Across the Cape Frontier. In: ELDRIDGE, Elizabeth; MORTON, Fred (orgs.), *Slavery in South Africa: Captive Labor on the Dutch Frontier*. Oxford, and Pietermaritzburg: Westview Press and University of Natal Press, 1994.
- ELPHICK, Richard. Kraal and Castle: Khoikhoi and the Founding of White South Africa. New Haven: Yale University Press, 1977.
- ELPHICK, Richard; MALHERBE, V. C. The Khoisan to 1828. In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.
- FREUND, William. The Cape under the transitional governments, 1795-1814. In: In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.
- FRYE, John. *The South African Commercial Advertiser and the Eastern Frontier, 1834-1847*: an examination of the ways in which and the sources

- from which it reported frontier conflicts. Dissertação de Mestrado. Grahamstown/Makhanda: Rhodes University, 1968.
- KIRK, Tony. Progress and Decline in the Kat River Settlement, 1829-1854. *Journal of African History*, v. 14, n. 3, p. 411-428, 1973.
- LEGASSICK, Martin; ROSS, Robert. From Slave Economy to Settler Capitalism: The Cape Colony and its Extensions, 1800-1854. In: HAMILTON, Carolyn; MBENGA, Bernard; ROSS, Robert (orgs.). *The Cambridge History of South Africa: From Early Times to 1885*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- LEVINE, Roger. *A Living Man from Africa*: Jan Tzatoe, xhosa Chief and Missionary, and the Making of Nineteenth Century South Africa. London: Yale University Press, 2011.
- MALHERBE, Vertrees. *The Cape Khoisan in the Eastern Districts of the Colony before and after Ordinance 50 of 1828*. Tese de Doutorado (História). Cidade do Cabo: University of Cape Town, 1997.
- MARKS, Shula. Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth centuries. *The Journal of African History*, v. 13, n. 1, p. 55-80, 1972.
- MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Alameda, 2015.
- MCKENZIE, Kirsten. "Franklins of the Cape": The *South African Commercial Advertiser* and the Creation of a Colonial Public Sphere, 1824-1854. *Kronos: Journal of Cape History*, v. 25, n. 1, p. 88-102, 1998.
- MAGUBANE, Zine. Labour Laws and Stereotypes: Images of the Khoikhoi in the Cape in the Age of Abolition. In: PALMBERG, Mai. *Encounter Images in the Meetings between Africa and Europe*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2001
- MVENENE, Jongikhaya. "A social and economic history of the African people of Gcalekaland, 1830-1913". *Historia*, v.59, n.1, p. 59-71, 2014.
- NZIRAMASANGA, Caiphas Tizanyae. *A Study of the British Parliamentary Select Committee on Aborigines in British Settlements*. Dissertação de Mestrado. Oklahoma State University, 1974.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*: relatos de viagem e transcultração. Bauru: EDUSC, 1999, p. 27.

- PRINGLE, Thomas. *Narrative of a Residence in South Africa*. Londres: Edward Moxon, 1835.
- ROSS, Robert. *These Oppressions Won't Cease: The Political Thought of the Cape Khoesan, 1777-1879*. Joanesburg: Wits University Press, 2018.
- ROSS, Robert. The Kat River Rebellion and Khoikhoi Nationalism: The Fate of an Ethnic Identification. *Revista Kronos*, n. 24, p. 91-105, 1997.
- ROSS, Robert. Hermanos Matroos, aka Ngxnknmeshe: a life on the border. *Kronos: Journal of Cape History*, v. 30, p. 47-69, 2004.
- ROSS, Robert. *The Borders of Race in Colonial South Africa: The Kat River Settlement, 1829-1856*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ROSS, Robert. Missions, Respectability and Civil Rights: the Cape Colony, 1828-1854. *Journal of Southern African Studies*, v. 25, n. 3, p. 333-345, 1999.
- ROSS, Robert. *These oppressions wont cease: The Political Tought of the Cape Khoesan*. Joanesburgo: Wits University Press, 2018.
- READ JR., Rev. James. *Kat River settlement in 1851*: described in a series of letters published in "The South African commercial advertiser." Cape Town: A. S. Robertson, 1852.
- The Hottentot Rebellion. *The Graham's Town Journal*, 04 de outubro de 1851.
- WAGENAAR, E. J. C. *A history of the Thembu and their relationship with the Cape, 1850-1900*. Tese de doutorado em História. Makhanda: Rhodes University, 1989
- WALDMAN, Linda. *The Griqua Conundrum: Political and Socio-cultural Identity in the Northern Cape, South Africa*. Peter Lang: Oxford, 2007.
- WELLS, Julia. The Scandal of Rev James Read and the Taming of the London Missionary Society by 1820, *South African Historical Journal*, v. 42, n. 1, p. 136-160, 2000.
- WRIGHT, John. Sonqua, Bosjesmans, Bushmen, abaThwa: Comments and Queries on Pre-Modern Identifications. *South African Historical Journal*, v. 35, n. 1, p. 16-29, 1996.